

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 2007**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Outubro do ano de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Batista Vidinha, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que deveria ter sido entregue nova ordem de trabalho mesmo sendo o prolongamento da reunião.-----

----- O Senhor Presidente referiu, e conforme tinha ficado acordado na última reunião, que na presente apenas se iria continuar a ordem de trabalhos que não foi concluída na última reunião.-----

----- EXTINÇÃO DE EMPRESA - Foi apresentada a proposta de extinção da Empresa ALDESC EM. O Senhor Presidente perguntou quais dos seus pares se queriam inscrever para discussão do assunto. O Senhor Vereador Francisco Maurício, a Senhora Vereadora Manuela Cunha, Vereador Pedro Pisco dos Santos e Senhor Vice Presidente, pediram a sua inscrição.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: -----

-----"Apreciação e votação da proposta de extinção da ALDESC, EM. Em primeiro lugar quero manifestar o meu desagrado pela metodologia proposta para o desenrolar desta reunião. Os trabalhadores da empresa e os munícipes merecem mais consideração deste Órgão, limitar a discussão de matéria tão importante, denota a falta de respostas que nos tem para dar. Quero lamentar também que só no início da reunião nos tenha entregue informação quanto às suas intenções e metodologia para extinguir a ALDESC, de que discordo totalmente e cujo conteúdo parcialmente se segue: O mais espantoso é que se pretende aplicar à ALDESC que é uma empresa, o artigo trezentos e noventa do Código do Trabalho, pretendendo despedir deste modo todos os trabalhadores? COMO É POSSÍVEL?-----

-----IMPEDIMENTO DE TOMAR PARTE NA DELIBERAÇÃO Na minha opinião sustentada na lei, os membros do executivo que fazem parte do Conselho Administração. da Empresa não podem tomar parte nesta deliberação, no entanto a persistirem em apressadamente tomarem uma decisão que, não tem uma única vantagem, mas que, em contrapartida tem inúmeras desvantagens económicas, financeiras, sociais e políticas, informo o Executivo que, nesta conjuntura inviabilizarei a aprovação das contas de dois mil e sete, pois não solicitarei a minha substituição, à semelhança do que fiz em dois mil e seis para permitir a sua aprovação. Por tudo o que de seguida vou explanar, para além da documentação necessária não ter sido presente e ter sido violado claramente o artigo quarenta e quatro do CPA, relativo ao impedimento do presidente e dos vereadores do Conselho Administração da ALDESC, EM de tomarem parte nesta deliberação, vou VOTAR CONTRA e FAZER VOTO DE VENCIDO e elaborar a competente participação para a Procuradoria Geral da República. Não fiquei, de facto, surpreendido com o agendamento deste assunto para Reunião de Câmara. Os últimos acontecimentos indiciavam-no. O mais recente disparate da demissão da autarquia de se responsabilizar através da Empresa Municipal - como era sua obrigação e dever - pelas Actividades de Enriquecimento Curricular no Primeiro Ciclo e a

respectiva aprovação de concursar essas actividades, foram tão estranhas, precipitadas e erradas que, só poderiam indicar que o fim da Empresa Municipal estava para breve. As consequências dessa teimosia estão aí, só foi aprovada a proposta de intenção de adjudicação na última reunião de quinze de Outubro, mesmo comprovadamente incorrecta, de tal forma que só pode dar azo a reclamações que ainda irão atrasar mais o processo que deveria estar concluído, como tenho vindo repetidamente a lembrar, no final de Agosto. O atraso irreparável já é de quase dois meses e nas minhas contas, como o avisei, deve prolongar-se, ninguém sabe bem por quanto tempo. De facto os assuntos da Educação não o sensibilizam, logo a si que até é professor. Não tem ouvido os mais altos responsáveis deste país acerca da importância, das vontades e dos meios que todos deveremos considerar para melhorar os níveis de formação dos portugueses e da forma como as autarquias têm sido co-responsáveis por esse estado de coisas? Recordo que essa precipitada decisão foi tomada com o seu voto de qualidade e que a ela me opus com alguma insistência. Toda a responsabilidade pelo atraso já verificado e pelo que se vier a verificar no início das actividades de enriquecimento curricular do Primeiro Ciclo é da exclusiva responsabilidade pessoal do Sr. Presidente e está intimamente ligada a esta ofensiva contra a Empresa Municipal e os seus funcionários. Mas afinal, o que é que o senhor pensa das Empresas Municipais e Intermunicipais? Serão interesses políticos ou pessoais diferentes, as recentes tomadas de posição em relação às Águas do Ribatejo e à ALDESC, EM? Será que o Sr. Presidente mudou de opinião em tão pouco tempo? Pensará o Sr. Presidente que vai controlar as Águas do Ribatejo como, infelizmente, julga controlar, a seu belo prazer, este Município. Existe algum motivo para extinguir a Empresa? Conhecido, só a mais recente má gestão da mesma, mas ao que me parece, tem sido uma atitude propositada, com objectivos bem definidos e onde as medidas tomadas estão de acordo com o objectivo final: Acabar com a ALDESC, EM. Concerteza os Srs.

Vereadores que consigo partilham o Concelho Administração puderam constatar e até publicamente o sublinharam em longas entrevistas todas as virtualidades da ALDESC, EM, em relação à gestão dos horários, maleabilidade na contratação de pessoal, racionalização dos custos, agilização na concessão de espaços e na contratação de serviços, etc. Pessoalmente não acredito que tenham mudado de opinião em tão pouco tempo, mais uma vez e como é hábito, também devem ter sido surpreendidos com esta sua iniciativa e bem teriam feito se o tivessem tentado dissuadir. Já é mais do que tempo de estarem atentos e serem críticos em relação às suas iniciativas pessoais, sempre distantes do programa com que nos apresentámos ao eleitorado e muito longe dos interesses dos nossos munícipes. Em relação à sua proposta de extinção, subscrita pelo tal "Grupo do PS": Não argumente que é decisivo na sua proposta o impedimento que os vereadores eleitos possam administrar a empresa. Pessoalmente, pude verificar da pior maneira possível que, o que o sr. deseja para administrar esta empresa ou outra qualquer onde o município participe é de um ou dois vereadores/funcionários e isso vai sendo cada vez mais difícil de encontrar. Não será demagogia invocar a contratação de pessoal para o C.A. e o consequente aumento de despesa, quando pode dispor de muitas e variadas soluções com os vereadores, técnicos e funcionários desta casa? Não será uma atitude de prepotência argumentar com a perda de controlo sobre as actividades da empresa quando é à autarquia que cabe o controle total sobre a mesma? Claro que a política e os investimentos no Desporto e na Cultura couberam, cabem e caberão sempre, em qualquer circunstância, com ou sem empresa à Autarquia. A empresa serve unicamente para gerir os espaços e equipamentos desportivos e culturais do Concelho. Argumentar que o Desporto e a Cultura não são actividades lucrativas, foi um descuido grave e perigoso que terá de rectificar publicamente. Claro que na prática, sendo V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara, nunca será possível e vou citá-lo: "estabelecer fronteira entre a Câmara e a Aldesc no que diz respeito aos serviços que prestam

apoio à conservação e manutenção das instalações geridas pela Aldesc". Isso é verdade senhor Presidente, porque o senhor nunca quis estabelecer um contrato programa bem definido e a primeira vez que aprovou um, em reunião de câmara, nunca o respeitou e até mo devolveu passado algum tempo, na minha qualidade de Presidente do C.A., todo riscado, e nunca o assinou. Suponho que veio a assiná-lo após a minha demissão, nem sei bem para quê? Invocar maior economia de meios com a extinção da empresa é uma afirmação que necessita de ser demonstrada. Na minha opinião os custos sofrerão um aumento muito significativo. Gostava que me esclarecesse o que é que significa, para si, "Tratando-se de uma empresa sem outros parceiros, nos parece de maior economia de meios se as suas actividades forem integradas na Câmara". Já agora uma última questão. As declarações publicadas no Mirante online de treze de Outubro último e atribuídas a si, foram mesmo, por si, proferidas? Os trabalhadores da empresa municipal vão ter a possibilidade de concorrerem ao concurso público para a contratação de pessoas já sob a alçada da câmara para as mesmas funções. No entanto Sousa Gomes garantiu que os trabalhadores da Aldesc têm vantagem em relação aos outros concorrentes porque têm a experiência. Se não foram, já as devia ter desmentido. Se efectivamente as fez, só me resta lamentar, porque quer o senhor queira, quer não, existe felizmente, contra a sua vontade claro está, a lei, que terá que cumprir. Que seja, para todos claro que, na minha opinião, a ALDESC, EM é uma empresa viável e com futuro e que me oporei, por todos os meios legais que puder utilizar, para evitar a sua extinção que, na minha opinião seria uma perda considerável para os seus trabalhadores e para todo o Concelho e que tudo farei para tornar bem claro perante os cidadãos de Almeirim os graves prejuízos ocasionados e quem são os responsáveis, nomeadamente: São obscuras as intenções em relação aos funcionários da E.M. A responsabilização pelo encerramento da empresa vai acarretar, não só um aumento de custos, mas também a prestação de serviços irá piorar, prejudicando nitidamente o interesse público, os

serviços prestados aos cidadãos de Almeirim. Estimo que os aumentos de custos a imputar á Câmara em dois mil e oito se situará em mais de um milhão de euros (mais ou menos quinhentos mil de salários, cem mil de trabalho extraordinário e quatrocentos mil em outras despesas). Pretende-se prejudicar nitidamente trabalhadores com seis e sete anos de antiguidade, que perdem todos estes anos de trabalho e ainda são ameaçados de despedimento. Será que a Câmara já fez as contas ás pesadas indemnizações que terá que suportar? Procura-se esconder o aumento das despesas, e fugir ao controlo do Executivo Municipal. Não foi apresentada solução para a situação da " falta em caixa dos mais de quinze mil euros". Se estes argumentos não o sensibilizam, remeto-o para a lei que, agora me dispense de citar."-----

-----Posta à votação a proposta de extinção da Empresa ALDESC; EM, foi a mesma aprovada por maioria com os votos a favor dos Senhores: Presidente, Vice-Presidente, Vereadores Joana Silvestre, José Carlos Silva e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, o voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Por todos os motivos já aduzidos, voto contra e faço voto de vencido e lamento profundamente esta decisão e vou por todos os meios legais ao meu dispor, tentar inviabilizar esta decisão, sem qualquer vantagem para o concelho e geradora de enormes problemas.-----

----- Lamento que os eleitos do PS subscrevam as medidas que propõe, particularmente em relação aos funcionários da ALDESC. Nunca poderia apoiar uma proposta catastrófica que só trás desvantagens para o concelho de Almeirim. Responsabilizo por esta decisão todos os que votaram a favor ou se abstiveram nesta resolução, aliás, em conformidade com a lei."-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que gostaria igualmente que viesse um cronograma referindo em que forma a liquidação da Empresa vai ser feita. Acrescentou que a

mesma não tem viabilidade para se manter nestas circunstâncias e perguntou quem vão ser os liquidatários da ALDESC, EM. Relativamente aos trabalhadores questionou se já está pensado um concurso público e para quando está prevista a sua abertura. Relativamente à estrutura orgânica da Câmara referiu que a mesma deveria ser alterada pois a existente é bastante centralizada. Ditou ainda a seguinte Declaração de Voto:” **Sobre a proposta do Partido Socialista para extinguir a ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos e Culturais, E. M.**-----

----- Vem a maioria socialista na Câmara Municipal de Almeirim apresentar, nesta reunião do executivo municipal, uma proposta para extinção da ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos e Culturais, E. M.-----

-----Lamentamos que, só agora, o Partido Socialista se tenha apercebido do problema que criou, sustentou e aumentou em muito ao longo destes anos. Aos avisos do PSD sobre a gestão ruinosa da empresa fizeram “ouvidos de mercador”. Agora quem vai pagar a factura é a população de Almeirim!-----

-----A extinção da ALDESC, EM. foi uma das duas soluções apontadas pelo PSD de Almeirim, nomeadamente pelos seus autarcas (vereador e deputados municipais), face à incapacidade do Partido Socialista em solucionar a grave crise financeira da empresa. A outra alternativa seria a profissionalização da gestão, nomeada pelo Município, o que não poderia nunca acontecer, dado o caos financeiro em que ALDESC, E. M. se encontra. Mesmo após vários avisos sobre a gestão praticada na ALDESC, o Partido Socialista preferiu assobiar para o lado e fingir que nada se passava, defendendo, com unhas e dentes, a ALDESC e a gestão levada a cabo pelos seus autarcas enquanto membros do Conselho de Administração da empresa municipal. Estranhámos, pois, que de um momento para o outro, o Partido Socialista venha propor a extinção da ALDESC, E. M. Mas, nunca é tarde para admitir o erro e dar razão ao PSD.-----

-----Nesta proposta, o Partido Socialista considera que a

extinção da ALDESC, E. M. assenta nos seguintes pontos:-----

----- **Proibição dos vereadores deliberarem sobre os assuntos da empresa municipal enquanto figurarem como membros do seu Conselho de Administração;**-----

-----É lógico e faz todo o sentido que os membros do Conselho de Administração da ALDESC, E. M., pertencendo ao executivo municipal, estejam legalmente impedidos de deliberarem sobre os assuntos da empresa municipal. Se o fizessem (e isso aconteceu desde a criação da empresa), estariam a ser "juizes em causa própria". Deste modo, a incompatibilidade de funções há muito que é conhecida dos autarcas socialistas, sabendo que esta situação configura uma ilegalidade. O que mudou foi que a fiscalização activa do actual vereador do PSD, Pedro Pisco Santos, acabou por levar o executivo a cumprir a lei, o que não tinha sucedido nunca em anos anteriores.-----

-----Veja-se como exemplo das ilegalidades e abusos da gestão socialista da empresa o caso do aumento de capital da empresa para cinquenta mil euros aprovado em vinte e um de Janeiro de dois mil e seis em Assembleia Municipal mas cujo montante já constava das contas da então ALDESP em trinta e um de Dezembro de dois mil e quatro, anos antes da sua aprovação.-----

----- **Aumento da despesa com a contratação de administradores;**--

-----Eventualmente, a despesa poderia aumentar com a contratação de administradores mas, a médio-longo prazo, a empresa poderia sair da situação em que se encontra, com uma gestão profissional. Só que, para a maioria socialista, que quer deter e gerir tudo e mais alguma coisa, entregar a gestão da ALDESC, E. M. a profissionais competentes é impensável. O PSD sempre defendeu que "O objectivo de uma empresa municipal é rentabilizar, através de gestores profissionais, os recursos existentes numa determinada área com um objectivo, para que possam ser totalmente autonomizados em relação à Câmara". Daí a nossa exigência ter sempre sido ou a profissionalização da gestão ou a extinção.-----

----- **A política cultural e desportiva deve ser definida pelos**



**respectivos vereadores;**-----

-----Mais uma vez se prova que o executivo nunca soube porque é que criou a empresa, pois, em qualquer empresa, são sempre os accionistas (neste caso, o Município) que definem a política e a Administração que define a estratégia que permite alcançar os objectivos políticos definidos pelos accionistas. Assim sendo, o cerne da questão não está na definição das políticas, mas sim na concretização das mesmas. No entanto, a promiscuidade entre Câmara e ALDESC, E. M., com membros do executivo municipal a ocuparem os lugares no Conselho de Administração, levou a que se confundissem uma entidade com a outra, com total prejuízo para os cidadãos de Almeirim.-----

**A inexistência de uma fronteira entre as competência da empresa e da Câmara Municipal;**-----

-----Aquando da votação das contas de dois mil e seis da ALDESC, E. M., o vereador do PSD afirmou: "***Devemos referir que a maior parte do Relatório de Gestão não é mais que as páginas vinte e oito a sessenta e cinco do Relatório de Gestão da CMA para o ano dois mil e seis. Mais uma vez se prova que há uma grande confusão sobre o que é da CMA e o que é da ALDESC, pois ambas dizem as mesmas coisas, ambas têm actividades coincidentes e ambas gastam dinheiro para equipar instalações comuns. Afinal para que serve a ALDESC? Mais uma vez reiteramos o princípio de que o dinheiro dos contribuintes é muito sério para ser gasto sem que esteja devidamente justificado.***"-----+-----

-----A Lei define claramente as competências que cabem a cada uma das entidades. Os autarcas socialistas é que nunca souberam diferenciar este facto e definir a visão, missão e valores da empresa.-----

**A dependência financeira da ALDESC relativamente à Câmara Municipal;**-----

----- A dependência financeira da ALDESC relativamente à Câmara Municipal não é um problema de agora. É um problema que existe desde a criação da empresa, mas que se tem vindo a agravar de ano para ano, com especial incidência nos últimos três anos. E o

PSD sempre alertou para este facto, não sendo ouvido pelo Partido Socialista, que nos criticavam por exigirmos "que a ALDESC desse lucro". Nunca dissemos nem defendemos que a ALDESC desse lucro; exigimos, apenas e só, equilíbrio nas contas; o que era possível com uma gestão eficiente e eficaz dos recursos da empresa que, sendo públicos, são de todos nós. Ao longo deste mandato, o PSD de Almeirim alertou sempre para a necessidade de ser efectuado um plano de reestruturação e um plano estratégico para a empresa. O Partido Socialista, pelo contrário, nada fez para tentar resolver os graves e crescentes problemas financeiros da empresa.-----

**----- Deixou de se justificar, com a nova legislação sobre o sector, a existência da empresa;-----**

----- A nova lei do sector empresarial municipal vem pôr termo em algumas lacunas que existiam na anterior lei e que as autarquias aproveitaram, então, para contornarem os seus problemas, nomeadamente com a contratação de pessoal. A ALDESC, E. M., tal como a maioria das empresas municipais, serviu para dar emprego a pessoas ligadas ao poder autárquico, sem se olhar para as necessidades da população. Veja-se que os autarcas socialistas nunca apresentaram o quadro de pessoal da ALDESC, onde deveria constar o dimensionamento dos recursos humanos necessários da empresa. Por outro lado, a nova lei obriga a uma maior transparência financeira, com a consolidação das contas das empresas municipais com as contas do município, o que implica que o objectivo da Câmara Municipal de ter um sector altamente deficitário fora das contas do Município vai cair por terra. A verdade vai vir ao de cima no que toca à preocupante situação financeira da Câmara de Almeirim. O novo regime jurídico das empresas municipais não veio obrigar à extinção da empresa, conforme querem fazer crer os autarcas do Partido Socialista, mas sim clarificar e aumentar o grau de exigência na gestão das empresas municipais.-----

**----- Maior economia de meios com a integração das actividades da empresa na Câmara Municipal.-----**

-----Até pouco à tempo, a ALDESC era, para o Partido Socialista, uma forma de racionalizar despesas (???), ou de maquilhar as contas da Câmara que não incluíam os enormes prejuízos que este sector dava. Agora, uma maior economia de meios obtém-se com a integração das actividades da ALDESC, E. M. na Câmara Municipal. O actual vice-presidente da autarquia, num texto publicado a vinte e quatro de Junho de dois mil e seis no seu blogue "Reflexões do Cidadão" afirma o seguinte: *"A título de exemplo, sem Empresa Municipal em Almeirim, não seria possível à autarquia ter um quadro de docentes na área da Natação como tem, uma vez que seria obrigada ou a admiti-los todos no quadro, situação impossível financeiramente e que eles, maioritariamente professores, não quereriam, ou então a mudar frequentemente, com todos os inconvenientes para os utentes e consequentemente para a organização, em termos de serviço ao público."* Com a proposta para extinção da empresa, o Partido Socialista deixou de ter esta preocupação. E deixou, também, de se preocupar com os funcionários da ALDESC, E. M. que foram contratados e que não pertencem aos quadros do funcionalismo público.-----

-----Desde o início deste mandato que a Vereação do PSD vem alertando para a necessidade de reestruturar o funcionamento dos serviços camarários, dado que a "cadeia de comando" está perfeitamente desfasada da realidade actual e das reformas que foram feitas na Administração Pública.-----

-----Neste sentido, o PSD de Almeirim apresentou uma série de questões prévias relacionadas com a extinção da ALDESC, E. M. que deverão ficar esclarecidas e que o PS não teve em consideração aquando da apresentação da sua proposta, limitando-se a apontar as razões porque defende agora a extinção e não prevendo, como já é normal nos seus autarcas, as consequências futuras.-----

-----Por isso, e no quadro do regime jurídico que regula o funcionamento das empresas municipais, o PS deverá salvaguardar os direitos sociais dos trabalhadores da ALDESC. O PSD de Almeirim considera que a abertura de concursos para admissão de

peçoal são promessas políticas falsas dado que a abertura de concursos deverá passar por um estudo de dimensionamento dos recursos humanos necessários (postos de trabalho) no quadro de peçoal da Câmara. Até agora, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não soube dizer quantos postos de trabalho são necessários criar (caso sejam necessários?).-----

----- Por último nunca aqui ninguém soube mostrar a viabilidade financeira da empresa. Não basta dizer que é visível, é preciso adaptar as medidas às acções concretas para a viabilidade da empresa. A empresa não poderia continuar a viver à vista do contrato programa. Faço votos que todos os aspectos de liquidação sejam demonstrados. Votei também a favor, porque considero a afirmação do Senhor Presidente da Câmara como suficiente."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que na última reunião foi decidido agendar para hoje este assunto, não permitindo o Senhor Presidente mais uma vez como é seu hábito, tempo suficiente para avaliar os pareceres que lhe são dados. Não distribuiu o pedido de informação, ao qual só foi dado parcial parecer, até porque acha que tem o direito de avaliar e fiscalizar o que vem a seguir. Não lhe foi dada informação de um conjunto de esclarecimentos que solicitou nomeadamente quanto às necessidades dos trabalhadores. Foram distribuídos os procedimentos que não vêm assinados. Mas quanto ao quadro de peçoal actual e quanto à visão futura da empresa não lhe foram prestados os esclarecimentos. Solicita que a sua recomendação fique apensa a esta acta, e mais vez a extinção da empresa tem falta de transparência. A Senhora Vereadora Manuela Cunha absteve-se e leu a seguinte declaração de voto:" A proposta de extinção da Empresa Municipal, apresentada pelos três elementos do PS que são simultaneamente membros deste Executivo e do Conselho de Administração da ALDESC, vem dar razão às denúncias e acusações que desde dois mil e um venho a proferir e a demonstrar, assim como os restantes eleitos da CDU na Assembleia Municipal, relativas às irregularidades e falta de transparência

na gestão da ALDESC e à incapacidade e falta de vontade política para assegurar a viabilidade económica e financeira da Empresa Municipal.-----

----- Agora, face à necessidade, por imposição legal, de adaptar antes do fim do ano os estatutos da Empresa para dar cumprimento a um novo quadro legal que vem clarificar e reforçar as exigências de transparência, por exemplo em matéria de contratação de pessoal, de rigor e sustentabilidade de gestão, surge esta proposta.-----

----- Não ficam dúvidas que para o Grupo do PS, como este se intitula, a Empresa só teve utilidade enquanto governada e gerida à sua maneira, e não como a Lei e como a Democracia o exigem, assim preferem extingui-la.-----

----- E aqui nada muda. A história da ALDESP/ALDESC acaba como começou. A proposta apresentada persiste na atitude que tem caracterizado a gestão da Empresa, a falta de transparência, de rigor e a irresponsabilidade. São disso exemplo os seguintes factos:-----

-----1º - Como é habitual, a comunicação aos trabalhadores e à comunicação social sobre a extinção da Empresa teve lugar antes do assunto ser comunicado aos outros membros do Executivo.-----

-----2º - Só hoje, no início desta reunião, é que foram distribuídos, e porque solicitados por mim, os procedimentos legais que têm de ser assegurados aquando da extinção de uma Empresa Municipal que se rege também pela Lei das Sociedades Comerciais.-----

-----3º- Não foi apresentado, pelos eleitos do PS, nenhuma proposta relativa à futura situação laboral dos trabalhadores contratados pela Empresa, alguns dos quais há vários anos. Esta indeterminação deixa a CDU bastante preocupada, por isso apresentei antes desta reunião, uma Recomendação sobre este assunto que pretendo que seja anexada à acta desta reunião, assim como o pedido de informação que fiz, sobre a situação laboral de cada trabalhador da Empresa, ao qual não obtive resposta.-----

-----4º- Não foi apresentado ao Executivo, qualquer documento clarificador das intenções, do dito Grupo do PS, sobre a futura reorganização dos serviços da Câmara e perspectivas de necessidade de pessoal, atendendo às novas funções que irão desempenhar.-----

----- **Em conclusão, geriu-se na obscuridade, na falta de rigor e irresponsabilidade, agora extingue-se a empresa da mesma forma.-**

----- Por isso, como Vereadora eleita pela CDU, Coligação que esteve sempre na primeira linha na denúncia e demonstração das irregularidades, da falta de transparência e de rigor na gestão da Empresa e questionou a utilidade da mesma, não posso, no entanto, dar o meu voto favorável à proposta aqui apresentada, abstando-me, por considerar que não foram ainda criadas as condições para a extinção da ALDESC, condições essas que passavam pela clarificação dos dois últimos pontos que referi: compromisso do Executivo em relação ao futuro dos trabalhadores (ponto número três) e clarificação da futura organização dos serviços camarários que por força de extinção da ALDESC, vão assegurar a actividade levada a cabo por esta (ponto número quatro".-----

----- O Senhor Vice Presidente disse:" O PS é um partido progressista e como partido progressista que é adapta-se às novas realidades. A realidade que regula hoje as empresas municipais é diferente daquela que há um par de anos nos levou a criar essa empresa. Hoje não tenho qualquer problema em defender a extinção da empresa sendo que esta extinção deve ser feita de acordo com os procedimentos legais. A empresa sempre tratou os seus trabalhadores de forma digna e correcta, pelo menos enquanto lá estive. Alguns dos que hoje falam sobre os trabalhadores, deitam "lágrimas de crocodilo", pois fizeram-lhes ataques durante anos. Em relação aos salários, são os adequados às funções que desempenham, gostaria que fossem salários mais altos mas como noutras áreas isso não acontece, uma vez que isso representava que o país tinha uma melhor qualidade de vida.

Infelizmente não são salários ao nível da Administração Central.-----

----- O Senhor Presidente referiu:" A proposta que o grupo do PS apresentou para ser apreciada em executivo e respeitante a esta matéria, contem os aspectos essenciais que fundamentam a proposta de extinção e que para essa decisão nos parece suficiente. Todos os outros que foram pedidos dizem respeito a fases subsequentes deste processo. As vantagens que resultam desta extinção têm , aliás, sido defendidas ao longo dos tempos por vários vereadores de várias cores políticas. Em relação à situação do pessoal só não percebe quem não quer que as nossas preocupações são iguais a todas as outras, já manifestadas nesta discussão e terão o seu tratamento futuro a mesma intenção das que nos foram já reveladas mas com a preocupação do cumprimento das disposições legais que regulam esta matéria.-----

----- Em relação às funções que têm sido remetidas a esta empresa, no que diz respeito à gestão da leccionação das disciplinas de enriquecimento escolar, parece-nos que foram por si um fracasso e desadequadas que o entendemos serem duma importância pedagógica própria nos agrupamentos escolares. Confundir empresas municipais com empresas intermunicipais, é uma tentativa de baralhar os espíritos no que diz respeito ao concelho, de empresas em que os municípios podem participar são coisas completamente diferentes, trazer para a discussão a questão do desaparecimento dos quinze mil euros quando se sabe que o assunto foi encaminhado para as instâncias que têm competências na área da investigação, é mais uma tentativa para baralhar os assuntos em discussão. Não se vê razão para se levantar, neste momento interrogações sobre reorganização dos serviços de desporto e cultura, quando ficaram dependentes directamente dos respectivos vereadores, como aliás acontecia na própria empresa municipal. Esta solução permite uma maior transparência e acompanhamento por parte do Executivo Municipal."-----

----- O Senhor Presidente acrescentou: " O executivo demorou a

resolver este problema uma hora e vinte e cinco minutos, mais vinte minutos do que o que estava previsto em Regimento e aos Senhores Vereadores não foi limitado o tempo de intervenção".---

-----  
----- EMPRÉSTIMO DE € 211.504,00 - Foi presente o ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto Local comunicando que ao abrigo do número seis do artigo trinta e nove da Lei número dois, barra dois mil e sete de quinze de Janeiro, as autarquias locais não necessitam da aplicação do pedido de excepcionamento de empréstimos, em virtude de dispor de capacidade para contrair empréstimos no montante de duzentos e onze mil quinhentos e quatro euros. Desta forma, a contratação de empréstimos não carece da autorização prevista no citado artigo daquele diploma, relevando todavia para efeitos de endividamento da autarquia.---

----- Inscreveram-se para debate neste assunto Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos e a Senhora Vereadora Manuela Cunha que perguntou se tinha sido esgotada a capacidade de endividamento da autarquia.-----

----- O Senhor Presidente apresentou os esclarecimentos necessários.-----

----- Posta à votação foi a proposta para que se contraísse empréstimo que contasse para o endividamento, esta foi aprovada por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto:" voto contra e faço voto de vencido porque esta proposta aqui apresentada veio demonstrar toda a razão que tive quando votei contra a aprovação deste empréstimo, por ter considerado que não estavam reunidas as condições legais para o fazer, situação que foi posteriormente também levantada pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal."-----

----- O Senhor Presidente disse: " Votei favoravelmente porque considero as condições legais totalmente cumpridas, como aliás se percebe pelo ofício emanado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Local, que junto se anexa a esta acta, dela fazendo parte integrante".-----



----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:" voto a favor desta proposta, face aos esclarecimentos legais que foram prestados pelo Senhor Presidente da Câmara".-----

----- DERRAMA 2008 - Foram presentes três propostas para lançamento anual da taxa de derrama para o ano de dois mil e oito. O Grupo do PS apresentou a proposta que a seguir se transcreve e que adiante se designará por proposta A:" Considerando que a taxa estabelecida no artigo catorze da lei número dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro, é de um e meio por cento sobre a matéria tributada em (IRC) para dois mil e oito, inferior em quase um por cento a que era permitido praticar; considerando que a taxa desta receita Municipal apenas incide sobre as actividades económicas que manifestarem lucros; considerando que esta receita permite ao Município fazer investimentos em obras não comparticipadas; Propõe-se, que ao abrigo da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, a Assembleia Municipal aprove a taxa de um e meio por cento com as seguintes condições: nos termos do número quatro do artigo catorze da Lei número dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro para os sujeitos passivos com volume de negócios em dois mil e sete que não ultrapasse os cinquenta mil euros, seja aplicada a taxa de um por cento. Esta receita destina-se às seguintes intenções: pagamento de terreno negociado para Construção da Casa da Cultura de Fazendas; Construção da Sala de Leitura/Informática na cerca da Escola de Cortiçóis".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou a seguinte proposta designada por B, para a derrama dois mil e oito:" De acordo com o estipulado na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco traço A barra dois mil e dois, conjugado com o previsto no artigo

catorze da Lei dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro, propõe-se para deliberação a aprovação da taxa de derrama de um e meio por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) para o ano de dois mil e oito para toda a área do Município de Almeirim, com as excepções seguintes: - nos termos do número quatro do artigo catorze da Lei dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e sete que não ultrapasse os cinquenta mil euros, com estabelecimentos nas Freguesias de Fazendas de Almeirim, Raposa, Benfica do Ribatejo e Tapada na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em zero vírgula setenta e cinco por cento e para os restantes, na mesma situação na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em um por cento.; nos termos do número quatro do artigo catorze da Lei dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro, conjugado com o número dois e três do artigo doze ficam isentos de pagamento de derrama em dois mil e oito os sujeitos passivos com estabelecimentos fixados na zona industrial de Paço dos Negros; nos termos do número quatro do artigo catorze da Lei número dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro, conjugado com o número dois e três do artigo doze, ficam isentos de pagamento de derrama em dois mil e oito, todos os sujeitos passivos que iniciaram a sua actividade em dois mil e sete e o seu volume de negócios, em dois mil e sete, não ultrapasse os cinquenta mil euros."-----

-----  
----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos apresentou a sua proposta relativamente a este assunto, designada por proposta C: "o artigo catorze, número um, da lei número três barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, veio estabelecer que "os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de um e meio por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território

português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território".-----

----- Como é do conhecimento público o PPD/PSD - Partido Social Democrata acredita que a derrama a taxa zero, como sinal de que o Município está aberto ao investimento e às empresas que se queiram implantar no Concelho de Almeirim, apesar de ter no curto-prazo efeitos negativos sobre a receita, teria no médio-longo prazo efeitos muito positivos sobre o emprego e receitas que em muito superariam as da derrama.-----

----- No caso da derrama zero por cento, para o nosso Concelho, acredita-se, que a sua apresentação repetidamente, como de um produto se tratasse, traria vantagens significativas para o nosso Concelho.-----

----- Porque uma autarquia deve atrair o mundo empresarial, é importante termos boas acessibilidades, formação profissional elevada, e benefícios fiscais significativos. É óbvio que as empresas têm custos ao virem para Almeirim. Nunca teria esta medida efeitos imediatos, os seus efeitos seriam a prazo e portanto, teria de ser uma medida continuada, um objectivo de todos nós, que gostamos do nosso Concelho, e que o queremos ver a prosperar, com mais empregos, o que só a isenção da derrama viria a criar e, mais cobrança de impostos, não agora, mas no futuro, com a quantidade de empresas e de pessoas que viriam para Almeirim.-----

----- Considerando que a abolição desta taxa significará uma maior fixação de empresas no nosso concelho, ajudando a desenvolver o nosso tecido empresarial existente e a fixar os jovens Almeirinsenses que, à falta de emprego na sua terra, são obrigados a deslocarem-se para os grandes centros urbanos, onde as condições de empregabilidade são muito melhores do que em Almeirim.-----

----- De facto a evidência empírica tem mostrado que concelhos que praticam a derrama à taxa zero de forma permanente, têm um maior desenvolvimento dos pólos industriais. Hoje em dia há uma

verdadeira concorrência fiscal entre estados, e municípios por condições mais favoráveis por forma a captar investimento.-----

----- Essa evidência já foi conhecida aliás em outros concelhos da Lezíria do Tejo como Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Coruche, Santarém e Rio Maior, que têm vindo reduzir a taxa da derrama que praticam.-----

----- Assim:, ao abrigo do disposto do número um do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, alínea a) do número um do artigo oitenta e sete, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e artigo catorze, número um da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, o PPD/PSD - Partido Social Democrata, propõe o seguinte:-----

----- 1 - Aprovar e propôr à Assembleia Municipal a redução da taxa da derrama zero para todos os sujeitos passivos na área geográfica do Concelho de Almeirim, nos termos do artigo catorze, número um a três da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro;-----

----- 2 - Após a verificação do disposto no ponto um), comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à Direcção Geral dos Impostos, nos termos do artigo catorze, número oito da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro;-----

----- 3 - Proceder à publicação da taxa, neste caso zero, nos termos do número um do artigo quarenta e nove, da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro."-----

----- Postas à votação as propostas acima indicadas, foi a proposta A, aprovada por maioria, com cinco votos a favor do Senhor Presidente, Vice Presidente, Vereadores José Carlos Silva e Manuela Cunha, e os votos contra do Senhor Vereador Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

----- A proposta B foi votada com seis votos contra e um voto a favor do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

----- A proposta C foi votada com seis votos contra e um a favor do proponente.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu:" Voto a favor da minha proposta, e contra as restantes mas gostaria de ter tomado uma decisão assente em parecer fiscal, que se debruçasse sobre o eventual aumento exponencial, ou não, face à alteração da legislação que passa a taxa máxima de derrama de dez por cento para um e meio por cento, mas que é compensada por uma nova base tributável bastante mais alargada e que irá abranger muitos contribuintes".-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:" O PSD considera um dos factores para o desenvolvimento económico e social do concelho passe pela adopção de políticas fiscais que incentivem a criação de empresas em Almeirim. Os dados relativos a municípios que desagravaram ou isentaram os agentes económicos do pagamento deste imposto acessório, revelam que tiveram um aumento de empresas no parque empresarial. Vejo que a proposta do PS apesar de não acompanhar o que vem sendo defendido pelo PSD, propôs um desagravamento aos agentes económicos que tenham um volume de negócios igual ou inferior ao cinquenta mil euros. Espero que até ao final deste mandato o PS, pelo menos venha gradualmente reduzindo a taxa de forma a constatar que a isenção do pagamento da taxa da derrama é um motor para o desenvolvimento do concelho".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse o seguinte:" Votei a proposta A e não as restantes por considerar que a isenção do imposto não pode ser a única forma nem a principal de atrair empresas. Em relação à proposta C a proposta A me parece mais justa e com maior critério em relação ao volume de negócios e não das localizações geográficas."-----

----- TAXA DE IRS - Foi presente a proposta do Grupo do PS, relativa à participação do IRS para o ano de dois mil e oito. É proposta a taxa de quatro por cento como participação deste imposto para dois mil e oito. Adiante designada por proposta A.-

----- Foi posta pelo Senhor Vereador Francisco Maurício relativa à participação do IRS, para o ano de dois mil e oito a

participação de três por cento. Esta proposta será designada por letra B.-----

----- Postas à votação as proposta acima indicadas, foi a proposta A votada com quatro votos a favor dos Senhores Presidente, Vice Presidente, Vereadores José Carlos Silva e Joana Vidinha, um voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício e duas abstenções da Senhora Vereadora Manuela Cunha e Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

----- A proposta B foi indeferida por maioria, com quatro votos contra, do Senhor Presidente, Senhor Vice Presidente, Senhor Vereador José Carlos Silva e Senhora Vereadora Joana Vidinha, duas abstenções dos Senhores Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, e um voto a favor do proponente.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse:" As duas propostas apresentadas são pura demagogia e popularismo, e pura irresponsabilidade pelas seguintes razões: primeira, não foi apresentada por nenhum dos proponentes o valor que o Município irá receber a menos. Segundo, também não foram apresentados os benefícios que esta proposta irá trazer para os cidadãos, benefícios esses que eu considero perfeitamente reduzidos e até socialmente injustos. Quem mais rendimentos tem será beneficiado com esta medida, quem menos rendimentos tem, menos será beneficiado, com a medida, e esta injustiça será repercutida, depois quando essas mesmas pessoas forem pagar aos mesmos preços as taxas e licenças municipais que não tardarão por certo a aumentar com o argumento das dificuldades de gestão financeira e da falta de recursos da Câmara, recursos esses dos quais a Câmara acaba de prescindir de um por cento no valor do IRS recolhido. Considero ainda esta situação mais danosa num ano onde tudo deixa a prever que mais uma vez o poder central não cumpra com o FEFE."-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício disse:" votei favor da minha proposta que propunha uma participação de três por cento, dado que me parece o valor mais adequado face à

perigosidade de haver municípios nacionais que poderão decidir uma participação de zero por cento. Estes perigos prendem-se sobretudo com a deslocalização de pessoas para outros concelhos com taxa de zero por cento. Em relação a esta matéria acho que deveria haver um entendimento generalizado no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses. No âmbito da minha proposta previa-se uma redução das receitas da autarquia no valor aproximado de duzentos mil euros. A proposta aprovada prevê uma diminuição aproximada de cem mil euros. Os benefícios quer num caso quer noutro serão sempre dos moradores no concelho de Almeirim."-----

----- CENTRO DE CORTE DE ENCHIMENTO DE ENCHIDOS - Foi presente a acta do júri do concurso em título, propondo, e segundo os critérios de selecção e ordenação dos candidatos, a experiência, qualidade, a capacidade técnica, económica e financeira. Sendo que a experiência é medida pelo número de anos de prática da actividade, (e produção de enchidos tradicionais) e pelo número de restaurantes do concelho de Almeirim abastecidos (pelo concorrente) para a confecção da "Sopa de Pedra".-----

----- Inscreveram-se para este assunto a Senhora Vereadora Manuela Cunha, e referiu que gostaria aquando do acto da entrega das instalações à concorrente, a Câmara no seu todo fizesse uma visita às instalações acompanhados pelos técnicos que seguiram a obra, dado que todos os elementos do executivo já conhecem as instalações, a Autarca pediu que fosse agendada uma visita em hora e dia a marcar para ela em conjunto com o Senhor Engenheiro Rocha Pinto, visita que ficou marcada para dia vinte e quatro às onze horas.-----

----- Posta à votação foi a proposta aprovada por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos leu a seguinte declaração de voto:" Vem a maioria socialista na Câmara Municipal de Almeirim apresentar, nesta reunião do executivo

municipal, uma proposta para a adjudicação do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim à Encherim, CRL, vencedora do concurso público iniciado para o efeito.-----

----- O PSD de Almeirim quer acreditar na bondade do projecto para a promoção dos enchidos tradicionais de Almeirim, dado que os mesmos são uma peça fundamental no desenvolvimento sócio-económico do nosso concelho. -----

----- Em todo o caso, o PSD de Almeirim discorda do modelo adoptado pela maioria socialista na Câmara Municipal de Almeirim para a exploração do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim. Em nosso entender, a Encherim não irá ser um parceiro de talhantes do concelho, mas sim um concorrente na comercialização dos enchidos.-----

----- Por outro lado, e como todos nós sabemos, não existe em Almeirim uma única receita para a produção de enchidos. Cada talhante tem a sua forma específica e característica de produzir os enchidos. Com a exploração do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim a caber a uma única entidade, esta variedade de sabores torna-se impossível de atingir, não só devido ao monopólio da produção, como à industrialização do processo de fabrico de enchidos.-----

----- Sem prejuízo da adjudicação da exploração do centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim à Encherim, CRL, a Câmara Municipal de Almeirim deverá garantir que os talhantes que não associados da cooperativa possam continuar a produzir os seus enchidos, desde que cumpram as mesmas regras de higiene e qualidade exigidas pela União.-----

----- Para terminar, o PSD de Almeirim congratula-se pelo facto da maioria socialista na Câmara Municipal de Almeirim ter conseguido emendar, a tempo, o erro de entregar o Centro de Corte e Fabrico de Enchidos de Almeirim a uma entidade privada sem a realização dum concurso público. Mais uma vez, foi necessária a intervenção do PSD para que a legalidade fosse reposta".-----

----- O Senhor Presidente referiu que leu no Diário de Notícias



que em concelho está a proibição do funcionamento de cozinhas tradicionais que garantirão a tipicidade dos cozinhados das regiões.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse:" Abster-me pelas seguintes razões: não estavam criadas as condições para esta deliberação. Assim, no parecer do ilustre desconhecido do economista, refere no documento apresentado que a capacidade económica e financeira sobre a forma de créditos em conta corrente e através de contratos de locação financeira, isto é, este executivo fica sem saber qual o capital próprio da empresa e quanto a estes capitais alheios referidos o seu valor e condições de financiamento são realizados sobre o mobiliário ou imobiliário. Por outro lado tendo votado contra os documentos que sustentam o concurso público que considero uma farsa só posso agora abster-me na avaliação que é feita pelo júri relativamente à capacidade demonstrada pela concorrente para cumprir esses critérios que estão na base da adjudicação. Por outro lado a minha abstenção deve-se ainda às dúvidas que desde a minha eleição em dois mil e um, tenho vindo a manifestar relativamente à condução de todo esse processo e à necessidade, finalidade, razoabilidade e sustentabilidade do próprio objecto do concurso de uma unidade industrial construída pelo município. O meu cepticismo em relação ao futuro da gestão desta unidade industrial e dos impactos que daí podem advir para os enchidos do concelho e para os produtores agravam-se ao longo dos tempos. Resta-me fazer votos para que este não venha a ser mais um poço sem fundo para os cofres do município e uma grande dor de cabeça para os produtores que acreditaram na viabilidade deste projecto."-----

----- O Senhor Vice Presidente referiu:" quero começar por fazer votos de sucesso a esta nova empresa e lamentar que quem não tem votado a favor desta solução não tenha apresentado qualquer alternativa nomeadamente o que fazer, como fazer, que custos e onde obter as verbas. Gostava ainda de lamentar as acusações de farsa no concurso público, uma vez que a Senhora Vereadora

Manuela Cunha quer chegar a todos os lados, senão vejamos, por um lado se a concessão fosse entregue à Encherim e outra fosse entregue a outra entidade, era o fim dos enchidos de Almeirim. Querem levar a posições popularistas e demagógicas que aliás são típicas e de quem não tem que governar e apenas e só se preocupa com uma posição de terra queimada.”-----

----- REQUERIMENTO - Foi presente um requerimento de João António Correia de Oliveira, solicitando autorização para vender à Firma Falua, Sociedade de Vinhos SA, o lote de terreno número quarenta e cinco, sito na zona industrial de Almeirim.-----

----- A Câmara deliberou autorizar a transferência, e solicitar parecer ao Consultor Jurídico no sentido de informar se há ou não lugar a pagamento de mais valias por parte do requerente.---

----- PROTOCOLO - Foi presente a minuta do protocolo entre a Câmara Municipal de Almeirim e a empresa Greenclub - Turismo Desporto SA.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha quer que o protocolo seja devidamente corrigido e assinado. Refere que o artigo terceiro deverá constar a título gratuito.-----

----- O Senhor vereador Francisco Maurício declarou que na sua opinião não é papel da Autarquia organizar e acompanhar os grupos de jovens interessados a iniciar-se na modalidade. Esse é um papel que deve caber a um dos Clubes do Concelho, pelo que propõe em vez de se aprovar o protocolo se procure junto das Associações do Concelho um parceiro que queira desempenhar este papel”.-----

----- Posta à votação, foi o protocolo aprovado por maioria, com voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício, que ditou a seguinte declaração de voto:” voto contra e faço voto de vencido porque a primeira proposta não está formulada nos termos da lei, logo não pode ser votada. Segundo, porque entende que não é papel da autarquia organizar e acompanhar os jovens, porque o providenciamento de transporte tem implicações orçamentais.”----

-----  
----- LEZIRIA EM REDE - Foi presente a minuta de protocolo referente ao projecto em título. Tem por objectivo dotar a Região da Lezíria do Tejo com uma infraestrutura de comunicações, fora do âmbito comercial dos operadores existentes mas articulada com as respectivas infraestruturas que possam servir de "alavanca" para uma estratégia de desenvolvimento regional baseada na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação e dos novos serviços que proporcionam e nas oportunidades de modernização que potenciam no tecido económico. A primeira fase deste projecto, à qual se reporta este Protocolo, visa garantir uma interligação em banda larga de um conjunto seleccionado de edifícios camarários que resulta em onze redes municipais de banda larga.-----

----- Posta à votação o protocolo cima indicado, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Vereadora Manuela Cunha.-----

----- A Senhora Vereadora Manuel Cunha, disse: " que na cláusula dois do referido protocolo é mencionado "que se anexam e são parte integrante deste protocolo", ora, não nos foram entregues esses anexos e fazem parte integrante do protocolo. Conclusão, fica a desconhecer o âmbito deste protocolo no que diz respeito ao Município de Almeirim, na qual foi eleita e por ter pedido o adiamento para que as cláusulas fossem entregues, foi-lhe recusado o mesmo. E ditou a seguinte declaração de voto: "voto contra porque fundamentalmente não me considero suficientemente informada, nomeadamente quanto à legalidade do implícito ajuste directo. A existir, na minha opinião, devia fazer-se o concurso e entregar-se a quem melhor e mais barato, em defesa do interesse público".-----

----- ACORDO DE COOPERAÇÃO - Foi presente o acordo de cooperação entre o Instituto Politécnico de Macau e a Câmara Municipal de Almeirim, considerando a convergência de interesses em prosseguir o aprofundamento das suas relações de cooperação

iniciadas em dois mil e cinco e em estimular o intercâmbio entre ambas as Instituições.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o presente acordo.-----

----- REGULAMENTOS DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E CULTURAIS - Foram presentes os Regulamentos a seguir indicados:

----- Complexo das Piscinas; Complexo de Ténis; de outros espaços desportivos Municipais; do Cine Teatro; e da Biblioteca.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se é normal estar a aprovar-se um regulamento quando se está a acabar com a Empresa ALDESC. -----

----- Postos à votação, foram os regulamentos aprovados por maioria, com voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício, que ditou a seguinte declaração de voto:" Voto contra e faço voto de vencido, neste e em todos os assuntos que visem ou sejam decorrentes da eventual extinção da ALDESC, EM.-----

-----Às dezanove horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativa da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa